

Faltam ao Brasil acordos com grandes mercados, diz debatedor

Diretor da Fiesp Thomaz Zanotto afirma na CRE que país e Mercosul devem seguir movimento mundial por acordos bilaterais. **6**



Thomaz Zanotto, Luiz Felipe Lampreia, senador Fernando Collor, Roberto Abdenur e Oliveiros Ferreira: ciclo debate rumos da política externa

Moreira Nitz/Agência Senado

Plenário pode votar MP de crédito extra para Defesa Civil

MP 553/11, que tranca a pauta, destinou R\$ 533 milhões a ministérios. **6**

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVIII – Nº 3.644 – Brasília, terça-feira, 24 de abril de 2012



especial Cidadania

Brasil gasta até 4% do PIB ao ano com acidente e doença do trabalho

O Brasil é o quarto país com maior mortalidade por causas de trabalho (depois de Coreia do Sul, El Salvador e Índia). Os acidentes mais comuns no

país são ferimentos e fraturas nas mãos, punhos, pés e coluna. Nas doenças laborais, destacam-se as relacionadas a movimentos repetitivos. **8**



José Liny/Eletronews Fumas

Operadores escalam estrutura de ferro em obras de usina em Rondônia

Em seis anos, 16,5 mil mortos em serviço no Brasil, aponta auditora

No país, 3,8 milhões de acidentes de trabalho ocorridos entre 2005 e 2010 mataram 16.500 pessoas e incapacitaram

74.700. Dados foram citados em audiência na CDH por Rosângela Rassy, representante dos auditores fiscais do trabalho. **7**

O ministro Gilson Dipp e o procurador Luiz Carlos Gonçalves: trabalhos da comissão que prepara o anteprojeto do novo Código Penal avançam



Ana Volpe/Agência Senado

Enriquecimento ilícito de servidor pode virar crime

Comissão de juristas defende que pena para funcionários públicos que não conseguirem explicar crescimento de patrimônio seja de até 5 anos de prisão

A comissão de juristas encarregada pelo Senado de propor um novo Código Penal argumenta que tipificar esse crime é importante porque casos de corrupção

envolvendo servidor público são de difícil identificação na hora em que são cometidos. Com a novidade, corruptos serão localizados, ainda que muito tempo depois do crime. **3**

Relatório sobre Demóstenes sai até dia 10 **2**



Luiz Humberto, Josefina dos Santos, reitor José Geraldo, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Swedenberger Barbosa e Heitor Gurgulino durante a sessão solene

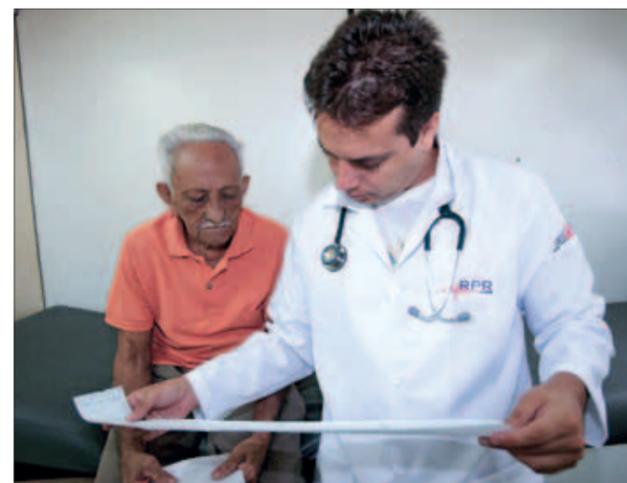
Waldemir Barreto/Agência Senado

Congresso homenageia os 50 anos da UnB

Senadores e deputados se reuniram ontem para lembrar o cinquentenário da Universidade de Brasília. Um dos autores

da homenagem e ex-reitor da UnB, Cristovam Buarque, apresentou uma série de perguntas sobre o futuro da instituição. **7**

Projeto deflagra disputa nas profissões da saúde **4 e 5**



Fumica Pinto/Agência Para

Cardiologista em consultório: projeto do Ato Médico provoca crise inédita

Relator, Humberto Costa diz que, a partir de seu texto, Conselho de Ética decidirá que pessoas ouvirá e que documentos solicitará; representação contra Demóstenes Torres foi apresentada pelo PSOL

Caso Demóstenes: relatório preliminar pronto até dia 10

O SENADOR HUMBERTO Costa (PT-PE) pretende entregar entre 8 e 10 de maio ao Conselho de Ética seu relatório preliminar sobre a representação do PSOL contra Demóstenes Torres (sem partido-GO), acusado de quebra de decoro parlamentar em razão do suposto envolvimento com o contraventor Carlinhos Cachoeira, preso recentemente pela Polícia Federal (PF).

— A admissibilidade da representação apresentada pelo PSOL já foi aceita pelo colegiado. Mas é esse relatório inicial que vai de fato apontar ou não para a abertura do processo disciplinar para verificar se houve quebra de decoro [parlamentar] — explicou Humberto.

Segundo o relator, só após essa primeira fase é que será possível decidir quem o Conselho de Ética vai ouvir, qual será a ordem das oitivas e se será preciso solicitar novos documentos.

Os trabalhos do Conselho de Ética do Senado são regidos pela Resolução 25/08.



Humberto: relator do caso Demóstenes Torres no Conselho de Ética do Senado

A princípio imaginou-se que, ao aceitar a representação do PSOL, o colegiado já tinha iniciado processo contra Demóstenes. O passo a passo descrito por Humberto baseia-se no artigo 15-A, que prevê a instauração ou não de processo somente depois de apresentada a defesa prévia por parte do acusado.

Prazo

Os integrantes do Conselho de Ética preveem que Demóstenes usará todo o prazo regimental a que tem direito para apresentar sua defesa prévia ao colegiado. A data limite é

amanhã, décimo dia útil desde que ele foi notificado.

Diante disso, o presidente do Conselho de Ética, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), convocou uma nova reunião para depois de amanhã.

— Não significa que nessa data o relator já terá o relatório preliminar pronto, mas até lá pode ser que surjam fatos novos que exijam deliberação dos parlamentares — afirmou.

Enquanto isso, o Conselho de Ética continua aguardando uma resposta do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski sobre um pedido de informações relativas à operação Monte Carlo, da PF, que resultou na prisão de Cachoeira.

A punição do senador pode ir de uma simples advertência à perda do mandato. Neste caso, o parecer será enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e depois à Mesa do Senado para a inclusão na ordem do dia do Plenário, que é a instância máxima de decisão da Casa.

Alvaro lamenta baixa presença na Marcha contra a Corrupção

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), lamentou que a 3ª Marcha contra a Corrupção não tivesse tido a adesão esperada. No entanto, afirmou, a manifestação foi “um começo” e destacou as três bandeiras do movimento.

A primeira é a instituição do voto aberto para cassação de mandato parlamentar, tema de proposta de emenda à Constituição (PEC 86/07) de sua autoria. A segunda é a transformação da corrupção em crime hediondo, prevista em projeto de lei (PLS 204/11) de Pedro Taques (PDT-MT). O senador paranaense é o relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Alvaro informou ser também autor de projeto que acaba com o foro privilegiado para detentores de mandato, outra bandeira da marcha.



Alvaro Dias é relator do projeto que trata corrupção como crime hediondo

Raupp: burocracia custa por ano ao país o PIB da Letônia

O excesso de burocracia foi apontado por Valdir Raupp (PMDB-RO) como um dos gargalos do desenvolvimento econômico do país. O senador disse que a palavra burocracia tornou-se, no Brasil, sinônimo de “ineficiência, lentidão e improdutividade”.

Citando uma série de reportagens publicada recentemente pelo jornal *O Estado de S. Paulo* sobre o mal provocado pela burocracia no Brasil, Raupp divulgou números sobre o prejuízo causado pelo excesso de normas e regulamentos. Para abrir uma empresa, por exemplo, relatou o senador, leva-se no Brasil 119 dias.

— O prejuízo que essa cultura burocrática causa ao país, segundo a Fiesp, chega a R\$ 46 bilhões por ano. É o PIB da Letônia, uma das cem maiores economias mundiais.



Valdir Raupp critica excesso de burocracia no Brasil

Anibal: Datafolha mostra que Dilma é “líder reconhecida”

Anibal Diniz (PT-AC) parabenizou a presidente Dilma Rousseff pela pesquisa Datafolha em que o governo é avaliado como ótimo ou bom por 64% dos brasileiros.

— É a mais alta taxa obtida pela presidenta desde sua posse, em 2011. E é a maior aprovação para um presidente com um ano e três meses de mandato já registrada pelo Datafolha.

A pesquisa aponta que 57% dos entrevistados gostariam que o ex-presidente Lula fosse candidato ao Planalto em 2014, enquanto 32% opinam que Dilma deve buscar a reeleição.

— Tanto Dilma se constituiu uma liderança reconhecida pelos brasileiros como Lula se mantém uma pessoa querida. É algo muito alvissareiro para nós do PT e para os partidos que dão sustentação ao governo.



Anibal Diniz destaca índice de aprovação do governo de Dilma

Audiência discute má distribuição de médicos no país

A presença desigual dos médicos nos municípios brasileiros será discutida hoje em audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Propuseram o debate os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Foram convidados para a audiência, entre outros, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha; e o presidente do Conselho Federal de Medicina, Roberto Luiz d’Avila.

CE ouve ministra sobre denúncias contra o Ecad

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realiza hoje audiência pública sobre as denúncias de irregularidades no Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), investigado por comissão parlamentar de inquérito (CPI) que encerra hoje os trabalhos. Também serão debatidas políticas do Ministério da Cultura para o setor. A ministra da pasta, Ana de Hollanda, está convidada para a reunião.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>

PLENÁRIO: ICMS de importados

14h Na pauta, projeto de resolução (PRS 72/10) que unifica em 4% as alíquotas interestaduais do ICMS sobre importados.

PRESIDÊNCIA: PAC da Mobilidade

11h A presidente em exercício do Senado, Marta Suplicy, participa de cerimônia de anúncio de investimentos do PAC Mobilidade Grandes Cidades, no Palácio do Planalto.

AVIAÇÃO CIVIL: Táxis-aéreos

9h A Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, que integra a Comissão de Serviços de Infraestrutura, realiza audiência pública sobre políticas públicas para táxis-aéreos. A audiência faz parte do ciclo de debates relacionados à aviação civil brasileira. O superintendente do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi-Aéreo, Fernando Alberto dos Santos, participa do encontro.

CCAI/CRE: Atividade de inteligência

9h/18h Audiência pública conjunta da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre “A inteligência e os grandes eventos — Copa do Mundo, Olimpíadas, Copa das Confederações e Rio+20” e “A percepção das ameaças pela comunidade de inteligência”.

CAE: Isenção para concurso

10h A Comissão de Assuntos Econômicos examina, entre outros, o projeto de lei do Senado que trata da isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso em instituições federais de educação superior. Também na pauta mensagem para autorizar o governo do Piauí a contratar operação de crédito externo com o Banco Mundial, no valor de US\$ 350 milhões, em apoio ao Programa de Desenvolvimento Sustentável do Piauí.

CE: Ministra Ana de Hollanda

10h A ministra da Cultura, Ana de Hollanda, fala na comissão sobre denúncias de favorecimento ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) e sobre as políticas do ministério adotadas para o setor.

CAS: Falta de médicos

11h A má distribuição de médicos nos municípios será debatida na Comissão de Assuntos Sociais. Foram convidados o ministro da Saúde, Alexandre Padilha; o presidente do Conselho Federal de Medicina, Roberto d’Avila; e o secretário de Saúde do Amazonas, Wilson Alecrim.

CMA: Acesso a cadastro de consumo

11h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle deve apreciar, entre outros, projeto de lei que assegura ao consumidor o acesso, via internet, às informações sobre ele arquivadas em cadastros de consumo.

CDR: Fundo do Entorno

14h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo analisa projeto que cria o Fundo do Entorno do Distrito Federal.

CPI DO ECAD: Relatório final

14h Apresentação do relatório final da CPI que investiga denúncias de irregularidades no Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).

MERCOSUL: Transporte fluvial

14h Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) analisa relatório sobre o acordo de transporte fluvial entre Brasil e Uruguai e proposta de audiência pública para tratar da atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

CONGRESSO: CPI do Cachoeira

19h30 Sessão do Congresso para designar integrantes da CPI mista que investigará relações entre Carlinhos Cachoeira e agentes públicos e privados.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Crime valeria para o servidor público que acumulasse patrimônio incompatível com sua renda; proposta foi feita pela comissão de juristas que trabalha no novo Código Penal

Enriquecimento ilícito pode se tornar crime

O CRIME DE enriquecimento ilícito poderá ser incluído na legislação penal para punir servidores públicos que acumularem patrimônio incompatível com sua remuneração e suas fontes de renda.

Depois de um intenso debate ontem, a comissão especial de juristas instituída pelo Senado para apresentar o anteprojeto de um novo Código Penal decidiu tipificar esse delito e sugerir como pena de 1 a 5 anos de reclusão, além do confisco dos bens e valores.

— É um momento histórico na luta contra a corrupção no Brasil: criminalizamos a conduta do funcionário público que enriquece sem que se saiba como, aquele que entra pobre e sai rico. Agora temos um tipo penal esperando por ele — disse o relator da comissão, procurador Luiz Carlos Gonçalves.

Para ele, o país precisa ter esse crime em suas leis para avançar no combate à corrupção, atendendo a um “clamor social”. Conforme disse, é uma forma de punir o servidor com patrimônio incompatível com o que ganha, já que o crime anterior — a corrupção — ficou fora do alcance da lei.

— A corrupção é um crime que acontece às escondidas, nos corredores mal iluminados. Quem compra um funcionário público e quem se deixa comprar não quer contar para ninguém — argumentou.

Tratados

Como previsto pela comissão, a pena para enriquecimento ilícito será aumentada, da metade do tempo a dois terços, quando o autor do crime usar nome de terceira pessoa para esconder os bens ou valores obtidos de forma criminosa. Ou seja, pegará pena maior quem usar um “laranja” para ocultar patrimônio obtido de forma ilícita.

O crime inclui até mesmo quem exerce atividade de forma temporária ou cargo eletivo.

Assim que o debate foi iniciado, a inovação foi defendida pelo presidente da comissão, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Dipp.

O ministro salientou que o crime de enriquecimento ilícito é previsto em convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) contra a corrupção. Gilson Dipp lembrou que também há um tratado na Organização dos Estados Americanos (OEA).

— Temos que dar efetividade aos tratados e convenções

internacionais — disse o ministro, salientando que os protocolos foram ratificados pelo Congresso Nacional, contando com força de lei.

Polêmica

O advogado Nabor Bulhões foi quem mais resistiu à inclusão do novo tipo pena na legislação brasileira. Conforme Bulhões, a doutrina jurídica não comporta a conduta agora sugerida: o enriquecimento ilícito seria a consequência material de crime anterior (por exemplo, a corrupção). Portanto, o novo tipo seria uma distorção, podendo ser definido como “crime de mera suspeita”.

— O enriquecimento ilícito é o resultado de um crime, e não um crime em si — argumentou.

Bulhões disse que teve o cuidado de examinar a legislação de diferentes nações, tendo comprovado que nenhum país da Comunidade Europeia tipificou esse crime. Conforme o advogado, os Estados Unidos e o Canadá assumiram a mesma conduta.

O ministro Dipp, por sua vez, observou que praticamente

todos os países latino-americanos já têm o novo tipo penal. A seu ver, nada impede o Brasil de seguir o mesmo caminho.

— É uma opção política do legislador — opinou.

No processo, o ônus da prova será da acusação e a denúncia deverá ser feita via representação do Ministério Público. Manter inalterado o ônus da prova foi um ponto defendido por alguns debatedores como garantia para evitar acusações infundadas.

A redação para definir o novo tipo também exigiu cuidadosa negociação, para evitar situações arbitrárias.

Corrupção ativa

Outra medida aprovada foi o fim da distinção entre os crimes contra a administração pública praticados por funcionários públicos (corrupção passiva) e aqueles cometidos por particulares (corrupção ativa).

A medida foi proposta por Luiz Carlos Gonçalves, para quem tal distinção “é uma tradição que mais atrapalha do que ajuda”.

Ao apoiar a inclusão desse item, Luiz Flávio Gomes disse que o fim da distinção tornaria mais fácil o entendimento e a aplicação da lei.

Luiza Nagib Eluf, por outro lado, afirmou que a mudança pode levar a confusões.



Piñeiro Filho (E), Nabor Bulhões, Luiz Carlos Gonçalves e Marcelo Azevedo debatem crimes contra a administração pública

Comissão propõe unificar tipo penal de corrupção

A comissão especial de juristas que sugere mudanças no Código Penal brasileiro aprovou a proposta que põe fim à distinção entre a corrupção passiva e a ativa, prevendo ambas no mesmo tipo penal.

Em tese, a prova válida para a corrupção passiva passa a servir também para a ativa.

Pela proposta da comissão, a pena de multa permanece, e a prisão passa ser de 3 a 8 anos. Hoje, quem é condenado por corrupção pode ficar preso de 2 a 12 anos.

Também ontem, os juristas decidiram pela criminalização do enriquecimento ilícito e trataram de outros crimes contra a administração pública.

Em relação ao peculato (crime praticado por servidor público, quando usa, de forma indevida e em benefício próprio ou alheio, dinheiro ou bens do patrimônio público), a comissão aprovou o

enxugamento da tipificação penal, eliminando as subclassificações do crime e aumentando a pena mínima.

Classificações de peculato puníveis com condenações de 3 ou 6 meses no atual Código Penal poderão receber no mínimo 3 anos de prisão. O limite da pena passa a ser de 8 anos.

A comissão também aumentou o rigor para o crime de concussão (a exigência de vantagens pelo servidor público). A pena mínima sobe de 3 para 4 anos, e a máxima vai de 8 para 10.

A cobrança rigorosa e indevida de dívida ou de impostos — crime chamado de exação — também teve a pena mínima aumentada, de 2 para 3 anos. Se o dinheiro for desviado, a pena pode chegar a 10 anos de cadeia.

Pessoas jurídicas

O relator da comissão de juristas, procurador Luiz Carlos Gonçalves, também propôs

que o novo Código Penal atinja empresas nos casos de crimes de corrupção. O assunto ainda será discutido pelo colegiado.

Multa sobre faturamento ou até 20 vezes o valor da propina poderão figurar entre as punições de pessoas jurídicas envolvidas em corrupção. A empresa ainda poderá ficar proibida de participar de licitações públicas.

— A Justiça muitas vezes pune o funcionário da empresa que corrompe o servidor público, mas não atinge o verdadeiro beneficiado com a conduta criminosa: a pessoa jurídica — argumentou Luiz Carlos.

A comissão foi constituída pelo Senado em setembro de 2011 e tem até 28 de maio para completar seus trabalhos.

Presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Dipp, a comissão de juristas volta a se reunir no dia 7 de maio, às 10h.

Para Taques, acusações entre ministros do STF são “barraco”

Pedro Taques (PDT-MT) criticou os ataques entre os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa e Cezar Peluso.

— Nós todos respeitamos os ministros do Supremo. A sociedade brasileira respeita os ministros do Supremo. Agora, eu diria que eles é que devem dar-se o respeito.

O senador disse acreditar que os adjetivos adotados por Barbosa para descrever Peluso (ridículo, brega, caipira, corporativo, desleal, tirano e pequeno) não são utilizados nem em boteco.

— Homens públicos não

podem usar palavras desse quilate.

Ele disse ainda que a acusação feita por Barbosa de que Peluso — que acaba de deixar a presidência do STF — manipulava os resultados dos julgamentos “é muito grave”. No mínimo, afirmou, haveria “um ranço preconceituoso”.

O senador classificou de “preconceituosa” a declaração de Peluso de que Barbosa ocupa uma cadeira no STF pela cor da pele, não pelos méritos.

— Infelizmente, o STF, com esse tipo de “barraco”, não está percorrendo o melhor



Pedro Taques: “Homens públicos não devem usar palavras desse quilate”

momento de sua história. Se isso tivesse acontecido em países mais sérios, seria um caso típico de crime de responsabilidade praticado por ministro do STF.

Projeto do Ato Médico põe profissões da saúde em guerra

Os profissionais da saúde se engalfinham: enquanto os médicos tentam criar uma lei para delimitar seu campo de atuação, seus colegas de outras formações brigam para derrubar o projeto. O **Jornal do Senado** entrevistou mais de uma dezena de pessoas, entre profissionais da área, senadores e acadêmicos, para explicar esse conflito sem precedentes

Ricardo Westin

UM PROJETO DE lei com meros oito artigos detonou uma guerra no mundo da saúde. Colocou médicos num lado. E, no outro, enfermeiros, psicólogos, fisioterapeutas, nutricionistas e todos os demais profissionais da saúde. A diplomacia foi posta de lado. As acusações são de prepotência, reserva de mercado e até exercício ilegal da medicina.

Conhecido como Ato Médico, o projeto enumera quais tarefas cabem unicamente aos médicos e quais podem ser compartilhadas com outros profissionais. É, no jargão das leis, a regulamentação do exercício profissional.

O texto diz que só o médico pode aplicar anestesia geral, fazer cirurgia, internar o doente, dar-lhe alta. Por outro lado, permite a outros profissionais aplicar injeção, fazer curativo, coletar sangue. Nada mais lógico.

O Ato Médico está no Senado e

teria sido aprovado muitos anos atrás se não fosse por uma linha — a que afirma que só o médico, e mais ninguém, tem autorização para diagnosticar uma doença e decidir o respectivo tratamento. Os não médicos gritaram, acusando os médicos de tentar usurpar-lhes atribuições.

Eles entendem que o psicólogo não poderá diagnosticar uma depressão e tratá-la com psicoterapia, que o fisioterapeuta não poderá identificar uma lesão e revertê-la com exercícios, que o nutricionista não poderá diagnosticar uma carência de nutrientes e curá-la com vitaminas.

O Ato Médico, na visão deles, proíbe os pacientes de buscar por conta própria o psicólogo ou o fonoaudiólogo. Precisarão ir ao médico. Só ele terá poder para identificar a doença e, se julgar necessário, encaminhar os pacientes a outro profissional.

— Certos setores da medicina são prepotentes. Acha que os outros profissionais devem se

subordinar a eles. Acreditam ser os únicos capazes de cuidar dos pacientes — afirma o presidente do Conselho Federal de Psicologia, Humberto Verona.

O Código Penal é categórico: exercer a profissão de médico sem autorização legal é crime, e a pena chega a 2 anos de detenção. Os não médicos temem ser presos por tão somente desempenhar seus ofícios.

Só os dentistas ficaram fora da guerra. O texto diz que a lei não os afetará, já que têm atribuições semelhantes às de médicos, como fazer cirurgia e receitar remédio.

Nos tribunais

As entidades não médicas prometem recorrer ao Supremo Tribunal Federal caso o Ato Médico seja aprovado nos termos atuais. Chegaram a organizar protestos de rua. Na internet, a militância disparou fotos que mostram um professor de educação física correndo ao lado de um atleta, um psicólogo com um paciente no divã e um farmacêutico entregando remédio a um cliente. O profissional é sempre o mesmo: um médico de jaleco, em trabalhos que não são seus. Ao lado, uma provocação: “Médicos, diagnostiquem sua própria doença: complexo de superioridade”.

A presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia, Bianca Queiroga, crê que “interesses mercadológicos” movem os médicos — desejam um campo de trabalho mais amplo.

Caso atinjam esse objetivo, explica o presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Roberto Mattar Cepeda, eles acabarão com a multidisciplinaridade nos hospitais — impedirão que as decisões sobre o doente sejam tomadas em conjunto por médico, fisioterapeuta, psicólogo, nutricionista etc. A palavra final, ele teme, caberá sempre ao médico.

Afirma o presidente do Conselho Federal de Enfermagem, Manoel Carlos Neri:

— Por muito tempo, o trabalho do médico foi solitário. Mas agora os tempos são outros. Ele precisa aprender a trabalhar em equipe.

A medicina é um dos ofícios mais antigos da Humanidade. Remonta à Grécia do século 5º a.C. Hipócrates, o “pai da medicina”, abalou as crenças da época quando assegurou que os males que flagelavam os homens não eram castigos dos deuses, mas apenas reações do corpo à alimentação ruim e ao sedentarismo.

Em seus livros, ele listou doenças, descreveu sintomas e indicou



Paulo Davim (PV-RN) é médico cardiologista e intensivista. Ele afirma: “Há exageros, medos, fobias, inseguranças [nas outras profissões da saúde]. Mas isso não faz sentido. O Ato Médico não cerceia o trabalho de ninguém. Só define limites. A regulamentação das outras profissões — que, aliás, são importantíssimas — já existe. O projeto precisa ser aprovado logo, para que não dê mais margem para imaginações férteis”.



Marta Suplicy (PT-SP) é psicóloga. Ela diz: “O projeto determina que é privativa do médico a formulação do diagnóstico nosológico [de doença] e da respectiva prescrição terapêutica. Esse item vai atrapalhar bastante o exercício da profissão de psicólogo, porque ele também faz diagnóstico nosológico — apenas não administra medicação. Vou propor uma mudança quando o projeto chegar à Comissão de Assuntos Sociais”.

tratamentos — um feito e tanto para o mundo antigo.

A odontologia é tão remota quanto a medicina. Há evidências de que no século 6º a.C. os egípcios já faziam extrações e inseriam dentes postiços de ouro no lugar.

O próprio Hipócrates abordou as doenças dentárias — a odontologia era um ramo da medicina.

Séculos

Em boa parte da história, os médicos foram os únicos capazes de curar. Séculos se passaram até que eles tivessem de dividir a saúde com outros profissionais.

A farmácia surgiu por volta do século 10, também como apêndice da medicina. Médicos e farmacêuticos se separariam no século 18. Depois, veio a enfermagem. O mundo conheceu as enfermeiras no século 19. Elas debutaram de modo heroico, salvando os soldados feridos nos campos de batalha da Guerra da Crimeia, na Rússia. As demais profissões da saúde são ainda mais recentes.

No Brasil, os médicos são os únicos profissionais da saúde que ainda não têm o campo de atuação regulamentado. Os psicólogos aprovaram sua lei em 1962. Os fonoaudiólogos, em 1981.

Em 2002, dois então senadores — os médicos Geraldo Althoff e Benício Sampaio — redigiram projetos que preencheriam a lacuna (PLSs 25/02 e 268/02). Como tratavam do mesmo tema, tramitaram unidos. Dez anos depois, jamais alcançaram consenso.

Na outra ponta do cabo de guerra, os médicos negam todas as acusações. Argumentam que, com o Ato Médico, querem apenas impedir que outros profissionais invadam a medicina e coloquem os pacientes em risco. São tênues, sem dúvida, as linhas que separam a endocrinologia da nutrição, a ortopedia da fisioterapia, a medicina esportiva

dos médicos, cuida das outras profissões. Mas elas já estão regulamentadas. É um espelho da arrogância dos médicos. Em países desenvolvidos, os enfermeiros até aplicam anestesia. Aqui, de tão corporativistas, os médicos jamais permitiriam isso — diz Neri.

O presidente do Conselho de Medicina não aceita o argumento. Para ele, enfermeiro com prerrogativa de médico só faz sentido em países miseráveis da África, onde é extrema a escassez de médicos e a população vive rodeada de epidemias mortais. Esse não é, diz d’Ávila, o caso do Brasil:

— Deixar que enfermeiro diagnostique e trate coisas menores, como pneumonia, otite e meningite, é fazer medicina de pobre para pobre. Quem tem dinheiro é atendido por médico no hospital privado, mas quem é pobre é atendido por qualquer um no posto de saúde. Para o gestor público, é ótimo, porque gasta menos dinheiro. Para nós, é absurdo. Denunciaremos sempre.

Doutor

Roberto d’Ávila lembra que, alguns anos atrás, enfermeiros e fisioterapeutas aprovaram normas para que fossem chamados de “doutores”. Para o Conselho de Enfermagem, a ausência desse título leva os pacientes a pressupor que o enfermeiro é “subalterno”.

O médico é chamado de doutor há séculos. Mas por costume, não por resolução. Num posto de saúde, você vê todo mundo vestido de branco, de estetoscópio no pescoço e com a palavra “doutor” no crachá. Você não sabe quem é médico, enfermeiro ou fisioterapeuta. Isso é bem sintomático. Eles querem, sim, ser médicos. Mas não são.

Nessa guerra, os médicos também fazem campanha. A corporação dos patologistas distribuiu uma cartilha com o seguinte argumento: “Com quem uma gestante prefere fazer o pré-natal: um médico ou uma enfermeira?”

Com quem prefere fazer o parto: um médico ou uma parteira? Quem deve prescrever medicamento para nossos familiares: um médico ou um farmacêutico?”

As trincheiras voltarão a ser armadas no Senado. Amanhã, numa audiência da Comissão de Educação, os dois lados tentarão, de novo, fechar um acordo. O debate foi proposto pelo atual relator do texto, senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

— Briga e conflito não resolverão o problema — afirma ele, que é formado em direito.

Da Comissão de Educação, o caminho até a sanção (ou o veto) da presidente Dilma Rousseff será relativamente curto. Faltarão uma comissão e o Plenário.

Dos dois projetos de 2002, só o de Geraldo Althoff foi debatido de fato. O texto confiava ao Conselho de Medicina a missão de delimitar o campo de atuação — um cheque em branco para que os próprios médicos enumerassem suas tarefas. Foi ali que os dois lados começaram a se engalfinhar.

Quando foi analisado no Senado pela primeira vez, o Ato Médico teve entre seus relatores Lúcia Vânia (PSDB-GO), que é jornalista. Ao longo de dois anos, ela escutou todas as profissões. No fim, concluiu que o texto de Althoff deveria ser refeito. Aprovou um projeto completamente novo. A Câmara não mexeu nas linhas centrais. Por isso, segundo a senadora, o temor dos não médicos é “descabido” hoje:

— Fazia sentido no passado. O projeto foi redigido por um médico [Althoff], teve um médico [Câmara] e fezia reserva de mercado para os médicos. Os demais profissionais, com razão, entraram em pânico. Mas as falhas foram reparadas. Se há preconceito hoje, é por culpa do projeto original.

O último relator no Senado foi Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que é formado em química e direito. Ele concorda com Lúcia Vânia. Pela versão atual, não são exclusivos do médico “os diagnósticos funcional, cinésio-funcional, psicológico, nutricional e ambiental, e as avaliações comportamental e das capacidades mental, sensorial e perceptocognitiva”.

Esse trecho, assegura ele, resguarda todas as demais profissões: — Na prática, não muda nada. Não vai ter médico com tarefa de psicólogo nem psicólogo com tarefa de médico. Quem critica é porque não leu. Se leu, não quis enxergar.

Mérito

Polêmicas à parte, o Ato Médico tem um mérito inquestionável: acaba com o jogo de empurra que aparece nos hospitais nos momentos mais críticos.

É comum, por exemplo, que enfermeiros recusem a tarefa de introduzir um cateter numa veia “difícil” — idosos e obesos têm veias assim — sob a alegação de que é atribuição médica. É igualmente corriqueiro que médicos se neguem a fazer a limpeza de uma ferida subcutânea que contém tecidos necrosados argumentando que curativo cabe à enfermagem.

— Com o Ato Médico, as responsabilidades ficam mais claras. Por um lado, o enfermeiro pode, sim, introduzir um cateter. Por outro, o médico não pode passar adiante certos procedimentos que atinjam o tecido subcutâneo — diz Sebastião Moreira Júnior, médico e consultor do Senado.

Ele usa a expressão “mais claras”, e não “totalmente claras”, porque o Ato Médico deixa alguns pontos obscuros. Um deles é a acupuntura, que não está na proposta. Um mês atrás, os médicos conseguiram na Justiça Federal

Profissionais da saúde temem, com lei, ser processados por exercício ilegal da medicina

impedir que farmacêuticos, psicólogos e fisioterapeutas também exerçam a acupuntura. A briga não acabou. Os profissionais afetados recorreram da decisão.

Na avaliação de Éliada Hennington, médica sanitária da Fundação Oswaldo Cruz, os dois lados empregam todas as munições porque a regulamentação de uma profissão garante “controle de mercado” e “blindagem contra a invasão de outros profissionais”.

— Mas essas profissões não podem nunca esquecer que nenhuma delas é suficiente para enfrentar sozinha toda a complexidade da saúde humana.

O que diz o Ato Médico

Exemplos de atividades que o projeto fixa como exclusivas do médico

- ▶ formulação do diagnóstico nosológico [de doença] e da respectiva prescrição terapêutica
- ▶ indicação e execução de cirurgia
- ▶ indicação e execução de procedimentos invasivos (incluindo os acessos vasculares profundos, as biópsias e as endoscopias)
- ▶ intubação traqueal
- ▶ coordenação da estratégia ventilatória inicial para a ventilação mecânica invasiva
- ▶ execução de sedação profunda, bloqueios anestésicos e anestesia geral
- ▶ emissão de laudo dos exames endoscópicos e de imagem, dos procedimentos diagnósticos invasivos e dos exames anatomopatológicos
- ▶ indicação do uso de próteses e órteses (exceto as órteses de uso temporário)
- ▶ indicação de internação e alta médica
- ▶ realização de perícia médica e exames médico-legais (excetuados os exames laboratoriais de análises clínicas, toxicológicas, genéticas e de biologia molecular)
- ▶ atestação médica de condições de saúde
- ▶ atestação do óbito (exceto em casos de morte natural em localidade em que não haja médico)

Fonte: versão atual do projeto do Ato Médico

A queda de braço na saúde

O Ato Médico deixa em lados opostos os médicos e os demais profissionais da saúde. A seguir, o número de profissionais registrados no Brasil em cada área:



Fonte: conselhos federais das profissões



Cirurgiões operam paciente em hospital de Brasília: projeto de lei foi apresentado pelos médicos há uma década e, desde então, vem sofrendo mudanças no Congresso



Fonoaudiólogo faz exame de audição na Universidade de São Paulo (USP): profissionais da saúde reagiram ao projeto dos médicos argumentando que perderiam atribuições

Em debate na CRE, atuais acordos comerciais do país recebem críticas, e entendimentos com mercados maiores são apontados como essenciais

Especialistas pedem retomada de acordos com Europa e EUA

NO MOMENTO EM que diversos países buscam celebrar acordos bilaterais de comércio, o Brasil e o Mercosul ainda se limitam a modestos instrumentos firmados com Israel, Egito e Autoridade Palestina. A análise é de Thomaz Zanotto, diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que ontem participou de audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

— Nós achamos fundamental a retomada de acordos com a União Europeia e os Estados Unidos. Juntos, ainda são os principais mercados do mundo — afirmou.

O ex-ministro das Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia acrescentou que os acordos bilaterais levam à integração das cadeias produtivas dos países. Para ele, o Brasil não deve se limitar a seu “imenso mercado interno”, mas buscar acordos que possam substituir os entendimentos ainda não viabilizados da Organização Mundial do Comércio (OMC).

— É uma lacuna importante, que só traz prejuízos ao futuro do país — disse.

Segundo Lampreia, o



Zanotto, Lampreia, Collor, Abdenur e Ferreira: lugar no Conselho de Segurança da ONU também foi debatido na comissão

Mercosul se tornou refém do protecionismo argentino, que impediria o bloco de firmar acordos internacionais.

Ator global

Em sua avaliação sobre a política externa, o ex-embaixador Roberto Abdenur observou que, “mais do que emergente, o Brasil é hoje um ator global”. A projeção externa do país requer reconhecimento do que chamou de “acentuado pluralismo de nossa persona”.

Abdenur ressaltou, por exemplo, que o Brasil pertence ao Brics, mas tem interesses diferenciados em relação

aos demais componentes do grupo (Rússia, Índia, China e África do Sul).

Sobre o tema, Ana Amélia (PP-RS) defendeu a campanha iniciada no governo Lula por uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). A parlamentar entende que a obtenção desse espaço “culminaria o processo de ascensão internacional do país”.

O professor Oliveiros Ferreira, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, foi cauteloso:

— Os governos brasileiros

não fizeram uma análise do que se ganha e do que se perde com o posto de relevância na ONU. Trata-se de uma mudança momentosa de *status*, mas é necessário verificar se traz mais vantagens do que ônus.

O presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL), considerou exitosa a política externa do governo Lula. Para o senador, o país já possui dimensão política para fazer política externa “sem depender do *yes, sir*”. Sobre o Conselho de Segurança, ele disse que o país tem de se habilitar para a cadeira, pois nunca esteve tão próximo dela.

Crédito extra para a Defesa Civil deve ser votado hoje

Deve ser votada hoje pelo Plenário a Medida Provisória 553/11, que concede a três ministérios crédito extraordinário de R\$ 533 milhões para fortalecer o Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec).

Do total, R\$ 6 milhões são destinados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para compra de radares que vão equipar o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden). Cerca de R\$ 77,6 milhões irão financiar atividades de cooperação do Ministério da Defesa em ações de defesa civil, e R\$ 450 milhões destinam-se ao Ministério da Integração Nacional.

O Executivo justifica a MP lembrando o aumento da frequência e da gravidade dos desastres naturais nos últimos anos, como o de 2011, na Região Serrana do Rio de Janeiro; de 2010, em Alagoas e Pernambuco; e de 2008, no Vale do Itajaí, em Santa Catarina.

Segundo o governo, muitas vítimas poderão ser evitadas com um sistema eficiente de monitoramento e alerta dos eventos que permita a retirada da população para áreas seguras. A proposta já foi aprovada pela Câmara.

União concentra recursos e fragiliza pacto federativo, diz Ana Amélia



Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) disse ontem que a permanente dependência de estados e municípios em relação à União fragiliza o pacto federativo. Para ela, o aumento da dívida dos entes federados se deve à política de juros do governo federal e à adoção do Índice Geral de Preços Distribuição Interna (IGP-DI) para corrigir esses débitos.

— Existe a clara necessidade de revisão do indexador das dívidas, não pela Selic, como propõe o governo. Seria um péssimo negócio para estados e municípios.

A senadora lembrou que a União centraliza tributos, impondo dificuldades a governadores e prefeitos.

Jucá pede ajuda da União para reduzir efeitos de temporais sobre Roraima



Romero Jucá

Em pronunciamento, Romero Jucá (PMDB-RR) pediu ajuda ao Ministério do Desenvolvimento Social para reagir contra as consequências das chuvas que caem sobre Roraima. Elas tendem a piorar ao longo do inverno, segundo o Inpe. Em 2011, o governo do estado decretou estado de calamidade pública devido às chuvas, que deixaram

40 dos 50 bairros de Boa Vista alagados e 600 pessoas desabrigadas. O senador disse que está fazendo reuniões com a Conab para programar a distribuição de cestas básicas para os afetados e com o Dnit e o Ministério dos Transportes para evitar o fechamento das estradas pelas quais chega ajuda.

Para Jarbas, culpar só câmbio e China pela desindustrialização é “equivoco”



Jarbas Vasconcelos

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) criticou os analistas econômicos que culpam o câmbio valorizado e a concorrência desleal com países asiáticos pela desindustrialização brasileira.

Na avaliação do senador, eleger os dois fenômenos como os “grandes culpados” é apenas “uma forma de justificar as seriíssimas questões estruturais não resolvidas, a incompetência gerencial de governos e a omissão das elites brasileiras”.

— Atribuir, por exemplo, à apreciação cambial todos os males da indústria brasileira, como muitos estão fazendo, é um grande equivoco e, sem dúvida, uma enorme simplificação — disse.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cintia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Reitor José Geraldo de Sousa Junior, Cristovam e Chinaglia na sessão solene

Congresso comemora os 50 anos da UnB lembrando o passado e discutindo o futuro

Ao homenagear ontem os 50 anos da Universidade de Brasília (UnB), Cristovam Buarque (PDT-DF) ofereceu à instituição o texto “Um presente para a UnB”, em que apresenta reflexões sobre o futuro da educação superior no Brasil e no mundo.

O cinquentenário foi comemorado em sessão solene do Congresso, pela manhã, e com evento à noite, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado. Na biblioteca, foram lançadas edição especial da revista de divulgação científica e cultural *Darcy* e reedição do livro *Universidade de Brasília*, organizado em 1962 pelo antropólogo e ex-senador Darcy Ribeiro, primeiro reitor da UnB.

Cristovam, que requereu a sessão solene com a deputada Erika Kokay (PT-DF), levanta em seu texto questões como a integração entre educação superior e básica, a maneira de globalizar o sistema educacional sem perder o sentimento local e o compromisso assumido com as “massas sociais”.

— Decidi que o melhor presente para a UnB seria

um conjunto de perguntas sobre o seu futuro e o futuro das universidades no mundo — explicou.

Paulo Paim (PT-RS) lembrou que a UnB foi a primeira universidade brasileira a adotar o sistema de cotas para negros e disse esperar que o Supremo Tribunal Federal (STF) declare a constitucionalidade da medida, em julgamento que pode ocorrer nesta semana.

Para Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), “o grande desafio da universidade é resgatar o espírito de Brasília: empreendedor, ousado, inovador”.

Os principais momentos da história da uni-

versidade, especialmente durante a época do regime militar, foram lembrados pelo deputado Arlindo Chignalia (PT-SP). O deputado Paes Landim (PTB-PI), por sua vez, defendeu autonomia para a UnB.

O líder do PR na Câmara, deputado Izalci (DF), assinou que o grande desafio das universidades é estabelecer, com governos e empresas, plano estratégico para a educação.

Para Paim, cota racial é uma das grandes marcas da universidade

Paulo Paim parabenizou a Universidade de Brasília pelo 50º aniversário.

A UnB, lembrou, foi a primeira universidade a adotar a política de cotas raciais, em 2004. O senador avaliou que o sistema da UnB, assim como o Estatuto da Igualdade Racial, de sua autoria, estão de acordo com as necessidades e os anseios da sociedade.

A UnB conta hoje com mais de 30 mil alunos e 105 cursos de graduação, com *campi* em Brasília e nas cidades-satélites de Ceilândia, Gama e Planaltina.

— Tenho a impressão que o sonho de Darcy Ribeiro

[antropólogo, fundador da universidade e seu primeiro reitor] renova-se todos os dias pelas mãos dos mestres da UnB, com a voz dos jovens, fazendo da instituição um farol de ensino que ilumina a cultura, a democracia, a diversidade, a liberdade e o saber — afirmou.

Paim leu uma carta que lhe fora enviada pela mãe de dois gêmeos formados na UnB em que ela pede que o senador homenageie sempre a instituição. Se seus filhos são hoje engenheiros consagrados, foi porque a UnB lhes deu a oportunidade com a política de cotas, disse.

Além da sessão solene, evento na Biblioteca do Senado marcou o aniversário

Números citados ontem em audiência pública se referem aos anos de 2005 a 2010, no Brasil. Nesse período, ocorreram 3,8 milhões de acidentes de trabalho, que incapacitaram outros 74,7 mil brasileiros

Acidentes matam 16,5 mil trabalhadores em 6 anos

OS 3,8 MILHÕES de acidentes de trabalho ocorridos no Brasil, entre 2005 e 2010, mataram 16.500 pessoas e incapacitaram outras 74.700. Os dados foram citados ontem pela presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Rosângela Rassy, em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Rosângela denunciou o “definhamento” da inspeção do trabalho no país. Segundo ela, o quadro de 3.025 auditores fiscais é insuficiente para cobrir as mais de 7 milhões de empresas no Brasil.

O vice-presidente de Segurança e Medicina do Trabalho do Sinait, Francisco Luis Lima, apontou como causa dos acidentes a degradação das condições do trabalhador e do meio ambiente de trabalho. Contribuem para isso problemas como falta de treinamento, não fornecimento de equipamento de proteção individual e remuneração por produção (que induz ao trabalho excessivo e exaustivo).

Segundo o coordenador

nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores, José Augusto da Silva Filho, quatro em cinco acidentes ocorrem com terceirizados.

A secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Vera Albuquerque, destacou que a cooperação entre o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o ministério já produziu, desde 2008, 1.250 ações regressivas acidentárias, com expectativa de ressarcimento de R\$ 200 milhões. Nesse tipo de ação, o INSS cobra do empregador que deu causa ao acidente de trabalho os valores pagos em benefício aos trabalhadores incapacitados.

— A medida tem caráter punitivo e pedagógico — disse.

A secretária de Saúde do Trabalhador da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Junéia Batista, cobrou do governo a humanização da perícia médica. Por sugestão de participantes, o presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), apresentou requerimento que convida o presidente do

INSS, Mauro Hauschild, para debater um novo esquema de alta programada de pessoas afastadas do trabalho.

Paim quer conhecer as razões que levaram o INSS a lançar uma consulta pública sobre o “tempo estimado para a recuperação de capacidade funcional baseado em evidências”. Alguns debatedores alertaram para riscos de prejuízos ao trabalhador quando o novo sistema for implantado.

Representantes da Justiça do Trabalho também participaram da audiência, que integra a programação para marcar o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho (28 de abril). Em todo o mundo, por ano, ocorrem 270 milhões de acidentes de trabalho e as doenças laborais atingem cerca de 160 milhões de pessoas. Cerca de 2 milhões de pessoas morrem no trabalho, quase o dobro das baixas ocasionadas pelas guerras. O custo com esses acidentes equivale a 4% do produto interno bruto (PIB) de todos os países (*leia mais sobre o assunto na pág. 8*).



Paulo Paim (C) preside audiência que lembrou o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho

Mozarildo homenageia entidades da Maçonaria



Mozarildo Cavalcanti

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) homenageou a Maçonaria em pronunciamento ontem. O discurso foi motivado pelo aniversário do Grande Oriente do Brasil, entidade que congrega grande parte das lojas maçônicas do país, e completa 190 anos em

junho. O senador também homenageou os grandes orientes de Santa Catarina e do Distrito Federal, que, em abril, completam 62 e 41 anos, respectivamente.

— A Maçonaria se expandiu pelo Brasil afora. Hoje, temos lojas maçônicas em todo o país, desde lá de Roraima, no extremo norte do nosso Caburá, até o Chuí, no Rio Grande do Sul — afirmou.

Mozarildo disse que o Grande Oriente do Brasil trabalhou pela independência do país, pela proclamação da República e pela abolição da escravatura.

Wellington parabeniza faculdades do Piauí

Wellington Dias (PT-PI) parabenizou ontem instituições de ensino superior do Piauí pelos resultados do último Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e do exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Segundo o senador, o selo de aprovação da OAB foi concedido a três *campi* da Universidade Estadual do Piauí (Uespi) e aos cursos de direito da universidade federal do estado e do Instituto Camillo Filho. O universo de avaliação envolve 1.210 cursos em todo o país, dos quais 89 receberam certificação.

A Uespi foi a única a receber três selos no Brasil, disse Wellington. Ele elogiou o governo federal por ampliar a oferta de vagas na educação superior, mas pediu mais recursos para aumentar o número de alunos nas universidades estaduais.



Wellington Dias

Brasil busca política para prevenir acidentes e doenças laborais; o país perde de 2,5% a 4% do PIB por ano com afastamento de trabalhadores e pagamento de auxílio-doença

Saúde do trabalhador é dever do Estado

Juliana Steck

A SAÚDE É “um direito de todos e um dever do Estado garantido mediante políticas sociais e econômicas”, segundo o artigo 196 da Constituição. A saúde do trabalhador está contemplada no âmbito desse direito, no artigo 200, como competência do Sistema Único de Saúde (SUS). Ou seja, ultrapassa a relação entre trabalhador e empregador e é também objeto da saúde pública.

Acidente de trabalho, por definição legal, é aquele que ocorre pelo exercício do trabalho, a serviço da empresa, provocando lesão corporal, perturbação funcional ou doença que cause a morte, a perda ou a redução da capacidade para trabalhar.

Lesão corporal é o dano anatômico, como ferida, fratura, esmagamento ou perda de um membro. Perturbação funcional é o dano da atividade fisiológica ou psíquica, como dor, perda total ou parcial da visão da audição ou de movimentos, perturbação da memória, da inteligência ou da linguagem.

Os acidentes e doenças do trabalho são classificados em três grupos. No primeiro estão os **típicos**, que ocorrem no desenvolvimento do trabalho, na empresa ou a serviço dela (no exercício externo da função).

O segundo grupo envolve os **acidentes de trajeto**, que acontecem entre a residência e o trabalho. Para descaracterizá-los, é necessário um desvio relevante no percurso, por exemplo, a parada por mais de uma hora em um restaurante.

As **doenças ocupacionais** estão no terceiro grupo e são causadas pelo tipo de serviço ou pelas condições do ambiente de trabalho. Elas estão listadas na Portaria 1.339/99 do Ministério da Saúde, que relaciona os elementos químicos (como benzeno, chumbo, cloro, flúor), os agentes etiológicos físicos ou biológicos e as circunstâncias que podem provocá-las, e os tipos de enfermidades.

São consideradas doenças laborais, por exemplo, as causadas pela exposição a substâncias asfixiantes ou que



Trabalhadores usam equipamentos de segurança em obra de estádio em Brasília

Waldemir Benedito/Agência Senado

provocam alergia; radiações; fatores de risco; microorganismos e parasitas infecciosos vivos; produtos tóxicos; e ruídos ou vibrações que lesionem órgãos, músculos, ossos e vasos sanguíneos. Já a lista de doenças inclui zoonoses, infecções, inflamações, cânceres, viroses, micoses e vários outros tipos de enfermidade.

No ano passado, no Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes de Trabalho, 28 de abril, foi apresentado o Decreto 7.602/11 sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, que só foi publicado em 8 de novembro. Trata-se de política pública para a prevenção de acidentes desenvolvida entre governo (ministérios do Trabalho, da Saúde e da Previdência), trabalhadores e empregadores. Entre as diretrizes, estão a inclusão dos trabalhadores no Sistema Nacional de Promoção e Proteção da Saúde, a estruturação de uma rede integrada de informações sobre saúde do trabalhador e a adoção de medidas especiais para atividades laborais de alto risco.

Propostas

Entre os projetos sobre segurança no trabalho e saúde do trabalhador em tramitação no Congresso, estão:

PEC 66/11

da senadora Ana Rita (PT-ES) e outros

Desloca para a Justiça Federal a competência para o julgamento das causas relativas a acidentes de trabalho em que forem interessadas a União, entidade autárquica ou empresa pública federal. Aguarda designação de relator na CCJ.

PLS 92/06

do senador Valdir Raupp (PMDB-RO)

Estabelece que a empresa tomadora ou cliente de trabalho temporário ou terceirizado é responsável pela contratação do seguro contra acidentes de trabalho, sem prejuízo da responsabilidade civil que lhe cabe quanto aos acidentes ocorridos em suas dependências. Também define que a responsabilidade civil é da empresa de trabalho temporário ou terceirizado quando o acidente de trabalho ocorrer em suas dependências, sem prejuízo do seguro contratado pela empresa tomadora ou cliente. Encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde o relator é Armando Monteiro (PTB-PE).

PLS 561/11

do senador Blairo Maggi (PR-MT)

Estende a manutenção do contrato de trabalho em caso de acidente do trabalho para os empregados admitidos por contrato de trabalho por tempo determinado em período de experiência. Encontra-se na CAS, onde o relator é Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Acidentes laborais causam cerca de 2.500 mortes por ano no Brasil

Em 2009, segundo dados oficiais, morreram em acidentes de trabalho 2.496 brasileiros, apenas entre os assalariados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e segurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Considerando-se servidores públicos, militares, trabalhadores informais e os acidentes não comunicados ao INSS, morrem quase 4 mil pessoas ao ano, segundo José Augusto da Silva Filho, do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST).

Incluindo os acidentes não fatais, foram 723.500 em 2009. O país perde de 2,5% a 4% do seu produto interno bruto (PIB) por ano com afastamento de trabalhadores e pagamento de auxílio-doença. Dos acidenta-

dos, 77,1% são homens e 22,9% mulheres. O maior volume de acidentes ocorre na faixa etária dos 20 aos 29 anos e de doenças laborais, dos 30 aos 39 anos.

Em 2007, dos 659.523 acidentes do trabalho registrados pelo INSS, 63% foram típicos, 12% de trajeto e 3% doenças do trabalho. Nos setores de indústria e serviços, ocorreram 45% e 44% do total de acidentes, respectivamente, e no agrícola, 4%.

Acidentes

Números registrados no Brasil

2009	723.452
2008	755.980
2007	659.523
2006	512.232
2005	499.680

Fonte: Ministério da Previdência Social

Conheça seus direitos em caso de sofrer um acidente no trabalho

Nos primeiros 15 dias de afastamento do acidentado ou doente, a empresa arca com os custos. Depois desse prazo, todo segurado da Previdência Social (mesmo o rural, o doméstico e o autônomo) tem direito ao auxílio-doença até receber alta médica. O acidentado tem, então, estabilidade por 12 meses, a partir do encerramento do benefício.

O auxílio mensal equivale a 91% do salário de contribuição e não pode ultrapassar dez salários mínimos. Se o acidente ocorreu por culpa do patrão, é dele a responsabilidade pelas despesas médicas. Se não, correm por conta do empregado.

Se a Previdência constata que

uma lesão, doença ou seqüela reduz ou retira a capacidade de exercício da atividade ou profissão, pode deferir a aposentadoria por invalidez.

Pela CLT, o empregador deve oferecer gratuitamente a seus funcionários e colaboradores, se necessário, equipamentos de segurança certificados (como óculos de proteção ou capacete) e fiscalizar se eles estão em perfeito estado e sendo utilizados corretamente. Quem se recusar a usar pode ser demitido por justa causa.

No caso de funcionários públicos, legislação federal (Lei 8.112/90), estadual ou municipal estabelece benefícios semelhantes aos da CLT..

Como agir se sofrer um acidente

- Comunicar à sua **chefia** direta.
- Procurar **atendimento** no serviço médico da empresa ou em hospital.
- Comunicar ao **Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT)** a serviço da empresa onde trabalha (a oferta do serviço é obrigatória pelo artigo 162 da CLT), para realizar a investigação e abrir a comunicação de acidente do trabalho (CAT). A empresa deverá comunicar o acidente

ocorrido com seu empregado, havendo ou não afastamento do trabalho, até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato à autoridade competente, sob pena de multa (Decreto 3.048/99).

► Em caso de acidente de trajeto que envolva a colisão ou queda de veículos, realizar a abertura de **boletim de ocorrência** em uma delegacia.

► Também em caso de acidente de trajeto, procurar **testemunhas**.

Saiba mais

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.gov.br/jornal

- **Tribunal Superior do Trabalho:** (61) 3043-4300 <http://bit.ly/prevencaoAcidentes>
- **Ministério da Saúde — Disque Saúde:** 136 <http://bit.ly/saudeTrabalhador>
- **Ministério da Previdência Social:** (61) 2021-5000
CAT: <http://bit.ly/comunicacaoAcidente>; Aposentadoria: <http://bit.ly/aposentadoriaInvalidez>
- **Organização Internacional do Trabalho (OIT Brasil):** (61) 2106-4600 www.oit.org.br
- **Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador:** www.renastonline.org
- **Portaria com a lista de doenças ocupacionais:** <http://bit.ly/doencasTrabalho>
- **Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho:** <http://bit.ly/decreto7602>

DATA LEMBRA EXPLOÇÃO DE MINA NOS ESTADOS UNIDOS

Em 28 de abril de 1969, a explosão de uma mina nos Estados Unidos matou 78 trabalhadores, marcando a data como o Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes do Trabalho. Mantendo a lembrança do acidente, mas passando o foco para a prevenção, a Organização Internacional do

Trabalho (OIT) instituiu a data, em 2003, também como o Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho. No Brasil, a data é lembrada desde 2005, denominada pela Lei 11.121 como Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho.